

O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um ‘nobre da terra’ na Capitania Real da Paraíba (Século XVII) ¹

Regina Célia Gonçalves ²
Universidade Federal da Paraíba / Brasil

Corriam os primeiros meses do ano de 1616 e um escândalo de enormes proporções tomara conta da Felipéia de Nossa Senhora das Neves. Tratava-se de um processo, de uma denúncia envolvendo os principais homens da capitania, que se digladiavam em campos opostos. De um lado, o Capitão-Mor João Rebello de Lima, representante direto da Coroa, e, de outro, o mais poderoso e rico dentre os senhores de terras e engenhos da Paraíba, naquela época, Duarte Gomes da Silveira. O início do mês de março havia chegado, provavelmente junto com as primeiras chuvas do inverno, e, naqueles dias, o capitão-mor estava providenciando o envio para o Reino, mais exatamente para o Conselho da Fazenda do Rei, dos autos e conclusões do processo que havia mandado mover contra o senhor de engenho³. No mês de janeiro, haviam sido ouvidas as testemunhas de acusação e reunidas as evidências que provavam que Duarte Gomes da Silveira era um fraudador da Fazenda Real. Acusavam-no de, em 1606, com a cumplicidade das autoridades da capitania, emitir documentos que comprovavam a construção de um novo engenho, o Nossa Senhora da Ajuda, de sua propriedade, na ribeira do Inhobim, afluente da margem direita do rio Paraíba, com a finalidade de obter isenção de impostos, por um período de dez anos, junto à Fazenda Real, conforme era o costume à época. O “novo” engenho, no entanto, como o provaria o capitão-mor, não passava de uma fraude, na medida em que era o mesmo que Duarte Gomes da Silveira mandara construir em 1585 e que começara a moer em 1596, sob a invocação de Salvador do Mundo, e para o qual havia obtido a isenção de tributos que durara até 1606. Portanto, no momento em que deveria começar a pagá-los, o proprietário argumentava que o engenho havia deixado de moer, por problemas técnicos, e que ele fora obrigado a construir um novo, o tal Nossa Senhora da Ajuda. A denúncia havia chegado, não se sabe como nem por quais motivos, ao capitão-mor, que havia mandado apurar os fatos. Assim, em 6 de março de 1616, o processo com mais de cem páginas, tresladadas pelo tabelião Thomé Leitão e pelo escrivão da Fazenda Constantino Cadena, seguia para a Corte. Na carta que o acompanhava, o capitão-mor sugeria que o dito senhor de engenho fosse condenado, entre outras medidas, a restituir à Fazenda Real a importância de 40.000 cruzados dos impostos que havia deixado de recolher. Além disso, denunciava e pedia punição para os oficiais da Fazenda que haviam sido coniventes e/ou subornados por Duarte Gomes da Silveira, em 1606, dos quais pelo menos dois ainda estavam vivos ⁴.

¹ Este artigo sintetiza alguns argumentos e conclusões de nossa tese de doutorado intitulada *Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Paraíba (1585-1630)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, no ano de 2004.

² Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba / Brasil.

³ AHU_ACL_CU_014, Cx.1, D.7. Essa documentação foi disponibilizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura do Brasil, a partir de pesquisa realizada no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, em Lisboa. As siglas que são utilizadas neste texto, para identificar esse corpus documental, correspondem, conforme o *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa* (João Pessoa, Universitária/UFPB, 2002) ao seguinte: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal); ACL – Administração Central; CU – Conselho Ultramarino; 014 – Série Brasil-Paraíba; cx – caixa; D – documento. No processo a que nos referimos não consta, e não foram localizados, os documentos da defesa de Duarte Gomes da Silveira, o que é de se estranhar, tendo em vista a gravidade das acusações contra ele.

⁴ Sobre o processo, consultar o artigo de Wilson SEIXAS, «Duarte Gomes da Silveira e o Engenho Salvador», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, n.º 20, João Pessoa, Imprensa Universitária, 1974 (pp. 22-39), em

O que nos parece central no episódio é que ele expõe, de forma clara, o tipo de fratura existente no seio das camadas dominantes locais. Ela já aparece através da oposição, presente desde as primeiras campanhas da conquista, entre espanhóis e portugueses envolvidos na construção da ordem colonial, embora não se esgote neste aspecto.

A história da conquista do Paraíba⁵ relaciona-se diretamente com a das Capitânicas de Pernambuco e de Itamaracá, mais especificamente, relaciona-se com a necessidade de garantir a segurança necessária para o desenvolvimento da colonização daquelas áreas. Para tanto, fazia-se necessário estender a linha da fronteira com os índios não-aldeados, no caso os Potiguara, que habitavam o território que se estendiam do rio Paraíba até o Jaguaribe, já no Ceará, para o local mais distante possível das fazendas, currais e povoações já estabelecidas.

Parte do território do que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, especificamente a área situada entre o rio Goiana, ao sul, e a baía da Traição, ao norte, foi desmembrada da Capitania de Itamaracá. Na época em que se processaram as primeiras expedições de conquista do rio Paraíba, isto é, início dos anos setenta do século XVI, essa faixa de terra, com exceção da região localizada às margens do rio Goiana, permanecia praticamente despovoada pelos portugueses. Era terra dos Potiguara e porto dos franceses, mercadores de pau-brasil, seus aliados.

Os motivos que levaram o rei D. Sebastião a ordenar a conquista dessa área foram o levante potiguar, iniciado na década de 1560, provocado pelos interesses dos portugueses envolvidos com o cativo de índios, e o receio de que os franceses se instalassem e se fortificassem no rio Paraíba⁶. Além desses, os contemporâneos dos acontecimentos destacaram, ainda, as vantagens que a Coroa teria com a conquista e povoamento dessas terras, entre elas, as que seriam auferidas da exploração do pau-brasil, sem o inconveniente da concorrência dos franceses, e as decorrentes da introdução da cultura de cana-de-açúcar. Esse é o teor da narrativa e dos argumentos de Gabriel Soares de Sousa, em 1587:

“e porque entravam em cada ano neste rio [o Paraíba] naus francesas a carregar o pau-da-tinta, com que abatia o que ia para o reino das mais capitânicas por conta dos portugueses; e porque o gentio Pitiguar andava muito levantado contra os moradores da Capitania de Itamaracá e Pernambuco, com o favor dos franceses, com os quais fizeram nestas capitânicas grandes danos, queimando engenhos e outras muitas fazendas, em que mataram muitos homens brancos e escravos, assentou Sua Majestade de o mandar povoar e fortificar...(...) Este rio da Paraíba é muito necessário fortificar-se, a uma por tirar esta ladroeira dos franceses dele, a outra por se povoar, pois é a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de açúcar”⁷.

que o autor, assumindo a defesa da posição de Duarte Gomes da Silveira, transcreve a carta do Capitão-Mor João Rebello de Lima e o auto da inquirição das testemunhas de acusação, mas não os anexos que são compostos por cópias das certidões de registro dos dois engenhos, o Salvador do Mundo (em 28/2/1598) e o Nossa Senhora da Ajuda (em 25/8/1606), e cópias das folhas dos livros dos despachos das saídas dos navios da alfândega da Paraíba que contêm o volume de exportação do Engenho Nossa Senhora da Ajuda para o reino (1607-1614). Consulte-se, ainda, o artigo de Sebastião de Azevedo BASTOS, «Duarte Gomes da Silveira», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, n.º 21, João Pessoa, Imprensa Universitária, 1975 (p.87-92), em que o autor faz o elogio do papel desempenhado por Duarte Gomes da Silveira tanto na conquista quanto no desenvolvimento da Paraíba.

⁵ A guerra pelo controle do litoral ao norte da Ilha de Itamaracá e, principalmente, da foz do Rio Paraíba, remonta à década de 1570. A principal fonte para os acontecimentos relacionados à conquista deste rio é o *Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil*, conhecido simplesmente por *Sumário das Armadas*, de que utilizamos a 5ª edição. Trata-se de uma fonte oficial da Companhia de Jesus, cuja autoria e data de redação permanecem sendo objeto de discussão e investigação. Sabe-se, a partir da leitura do texto, que o autor foi testemunha ocular de parte dos acontecimentos que narra, pois ele próprio declara-se “testemunha de vista” das jornadas empreendidas pelo Ouvidor-Geral Martim Leitão, em março e em outubro de 1585. Sobre o assunto, consultar: Guilherme Gomes da Silveira D’Avila LINS, *Páginas de História da Paraíba: revisão crítica sobre a Identificação e Localização dos Dois Primeiros Engenhos de Açúcar da Paraíba*, João Pessoa, Empório dos Livros, 1999.

⁶ ANÔNIMO, *Sumário das Armadas*, Campina Grande, Fundação Universidade Regional do Nordeste / Universidade Federal da Paraíba, 1983, pp. 33-34.

⁷ Gabriel Soares de SOUSA, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2000, pp.14 e 16.

Em 1574, depois da destruição, pelos Potiguara, do Engenho Tracunhaém, que se situava na fronteira norte da Capitania de Itamaracá, e diante do fato consumado de que nem os donatários nem os moradores daquela capitania ou da de Pernambuco teriam condições de completar, com sucesso, a ocupação das terras até o rio Goiana, sem que o levante dos Potiguara fosse contido, a Coroa portuguesa, finalmente, resolveu tomar para si as rédeas da situação. Se bem sucedida tal ação também garantiria, por outro lado, a manutenção e o reconhecimento internacional da sua soberania sobre aqueles territórios, na medida em que os franceses fossem expulsos e que se promovesse o povoamento português. Depois de um longo processo, que se estendeu por mais de uma década e envolveu várias expedições de conquista e o esforço conjunto da Coroa, através do Governo Geral, e dos colonos, com a sua participação efetiva, fosse como contingente das tropas, fosse através do financiamento da empresa, o objetivo foi finalmente alcançado.

Em 1574 D. Sebastião determinou que, da Bahia, fosse enviada uma expedição de conquista ao Paraíba, que resultou no primeiro fracasso português, já que as tropas foram obrigadas a fugir pelas areias da praia, perseguidas de perto pelos nativos. Em 1575 foi equipada uma armada de doze embarcações que, assolada pelos maus ventos, foi obrigada a arribar de volta.

No entanto, as elevadas despesas e as atribulações provocadas pela crise da sucessão de D. Sebastião em Portugal contribuíram para colocar a guerra contra os Potiguara e a conquista do rio Paraíba em segundo plano na política da Coroa para o Brasil. Para os moradores de Itamaracá, nada poderia ter sido pior, pois os nativos e seus aliados, fortalecidos pelas sucessivas vitórias sobre as forças portuguesas, aumentaram o número de “correrias” no território da capitania, destruindo tudo o que fosse encontrado pela frente. Os poucos moradores que resistiram, recolheram-se, encurralados, à Ilha de Itamaracá. A terra dos Potiguara estendeu-se, nesses anos, até à margem esquerda do rio Igarassu, na fronteira com Pernambuco.

Em 1579, no reinado de D. Henrique, foi concedida a Frutuoso Barbosa, um poderoso negociante, morador em Olinda, que havia enriquecido no trato do pau-brasil da Paraíba, a autorização para bancar uma nova expedição. No entanto, tal como as anteriores, essa também estava fadada ao fracasso. Mais uma vez, o tempo ruim agiu, dispersando-a. Em 1582, o mesmo Frutuoso, recebeu ordens do rei D. Filipe I para retornar à colônia e cumprir sua parte no contrato que havia sido firmado três anos antes. Foi a sua segunda tentativa e seu segundo fracasso. Embora atacasse a foz do rio, travasse ferozes batalhas contra os nativos e queimasse cinco das oito naus francesas que se encontravam atracadas com carga de pau-brasil, acabou derrotado.

Em outubro de 1583 o abandono da ilha de Itamaracá parecia inevitável e nova expedição, composta por contingentes portugueses e espanhóis, foi organizada pelo Governo Geral, sob o comando de Diogo Flores Valdez, recém-chegado à Bahia depois de uma expedição ao estreito de Magalhães. Acompanhavam-no Frutuoso Barbosa, o Ouvidor-Geral Martim Leitão, que teria um papel importantíssimo na organização das forças terrestres em Pernambuco e na provisão dos recursos necessários; e outras autoridades. Assim foi feito, e quase mil homens, incluindo mais de trezentos portugueses, cerca de cem africanos e mais de quinhentos índios, foram reunidos nas duas capitanias para comporem essa força que, somada à esquadra de Valdez, tomaram a barra do rio onde foram aprisionadas cinco naus francesas, e deram início, na margem esquerda do Paraíba, à construção do forte que recebeu o nome de São Filipe, em homenagem ao rei. Era 1º de maio de 1584.

Permanecendo em Olinda, depois da partida de Valdez, o Ouvidor-Geral precisou enviar ainda três expedições de socorro, em maio e em novembro de 1584 e em fevereiro/ março de 1585, aos homens do Forte de São Filipe, impiedosamente atacados e cercados pelos índios e seus aliados. Afinal, a conquista não passara, até aquele momento, do estabelecimento de um reduto militar defensivo na margem esquerda do rio. Nenhum passo fora dado, até então, para estabelecer a tão sonhada povoação.

Se o estado das coisas já não era muito bom, por volta de fevereiro de 1585 ficaram ainda piores. O terror tomou conta de Pernambuco e Itamaracá assim que a notícia se espalhou: o famoso Piragibe, e sua gente - os Tabajara - haviam chegado à Paraíba, em socorro dos Potiguara. Alguns meses depois, entretanto, a fonte de horror se transformaria em fonte de júbilo; o inimigo, portador da derrota, seria feito aliado, portador da vitória. Piragibe, o *Braço de Peixe*, e Guirajibe, o *Assento de Pássaro*, o segundo principal entre os Tabajara, lideravam um povo que, há algumas décadas, havia sido desalojado de suas terras no litoral, especificamente as localizadas entre o rio Goiana e a ilha de Itamaracá, por seus inimigos tradicionais, os Potiguara, apesar da aliança que haviam firmado com os primeiros povoadores portugueses. Dentre estes

estava Jerônimo de Albuquerque, o cunhado do donatário Duarte Coelho, que teve vários filhos com Maria do Espírito Santo Arcoverde, nome cristão da filha do principal Tabajara. A maior parte deste povo foi aldeada em Pernambuco, enquanto outra migrou em direção ao rio de São Francisco, onde, prosseguindo na prestação de serviços aos portugueses, colaborou na guerra de cativo que estes travaram contra o gentio inimigo. Na primeira metade dos anos 80, depois de desavenças com os portugueses que se ocupavam do apresamento de índios naquela região, os grupos de Piragibe e Guirajibe deslocaram-se para o Paraíba, e firmaram aliança com os Potiguara. No entanto, essa aliança não duraria mais que alguns meses. Imediatamente após a chegada da notícia a Olinda, as autoridades centrais e as locais, numa rara ocasião de consenso, determinaram o envio de uma expedição urgente de socorro ao forte de São Filipe, comandada pessoalmente pelo Ouvidor-Geral que destruiu as aldeias Tabajara e, usando a velha tática, tão conhecida pelos primeiros povoadores europeus da terra, de dividir para conquistar, através da exploração do ódio tradicional existente entre os diferentes grupos indígenas, acabou por obter o seu apoio contra os Potiguara.

No dia consagrado a Nossa Senhora das Neves, 5 de agosto, no ano de 1585, era firmada a paz com os Tabajara. Pela primeira vez, os Potiguara foram derrotados em seu território, e a marcha da civilização branca, com o estabelecimento da povoação de Nossa Senhora das Neves, daria mais um passo importante, às margens do rio Paraíba, preparando o deslocamento da fronteira mais para o norte.

Como dissemos, a participação direta da fazenda real na empresa da conquista do Paraíba foi indispensável. Por outro lado, nunca é demais destacar que as forças que participaram dessa campanha contra os Potiguara resultaram da conjunção de homens e recursos de diversas origens. Houve aqueles provenientes do reino, ou, mais especificamente, da Coroa, mas também outros, reunidos pelas autoridades coloniais, Governo-Geral e locotenentes das Capitânicas do Norte. Conforme fica claro nos documentos e relatos dos contemporâneos, a organização da empresa não foi fácil, assim como não o foi o estabelecimento da povoação nas terras recém-conquistadas. Muitos desafios precisaram ser enfrentados, o fundamental, sem dúvida, a necessidade de uma decisiva vitória sobre os Potiguara, tarefa que exigiu mais quinze anos de luta. Mas havia, ainda, a necessidade de conciliar os múltiplos interesses no interior das fileiras dos conquistadores.

Esses homens, mobilizados às centenas nas Capitânicas de Itamaracá e de Pernambuco, se constituiriam, também, no núcleo inicial dos povoadores da Paraíba. Sendo assim, desde o início, as vinculações entre os interesses que se estabeleceram na nova capitania e os que já estavam instalados ao sul, especialmente em Pernambuco, que era um exemplo de riqueza e prosperidade, à época, foram bastante próximas.

A Capitania Real da Paraíba na prática funcionou, em termos populacionais e econômicos, como uma extensão das capitânicas de donatários suas vizinhas. E, mesmo no que se refere aos aspectos políticos, embora sendo uma capitania real cujas autoridades eram, portanto, diretamente nomeadas pelo rei, a influência das elites instaladas em Olinda não tardou em se fazer presente, especialmente após a criação da câmara municipal⁸. Assim como não tardaram a eclodir conflitos entre as autoridades, em diversos níveis, em especial, entre os capitães-mores e os governadores-gerais, e entre os primeiros e os religiosos, tanto jesuítas quanto franciscanos.

Esses conflitos, muitas vezes, opuseram as autoridades metropolitanas de origem castelhana às de origem portuguesa, como foi o caso do ocorrido antes do Acordo de Paz com os Tabajara, entre Francisco Castrejón, o alcaide do Forte de São Filipe, e Martim de Carvalho, o provedor da fazenda para a conquista do Paraíba. Ou de outros que se deram entre o mesmo Castrejón e Frutuoso Barbosa, por ocasião da expedição de Diogo Flores Valdez, em 1584.

Por ocasião da construção do forte de São Filipe, a força que ali foi deixada, composta por 150 arcabuzeiros espanhóis, comandados pelo capitão de infantaria, também espanhol, Francisco Castrejón, e por cinquenta portugueses, incluindo mamelucos e *"outra gente miúda"*, comandados pelo português Frutuoso Barbosa, esteve, durante a maior parte do tempo, lutando contra os

⁸ Não há vestígios documentais que comprovem a existência de uma Câmara Municipal imediatamente após a fundação de Nossa Senhora das Neves, que ocorreu em novembro de 1585. Provavelmente, devido à instabilidade reinante nos primeiros anos de existência da Capitania da Paraíba, logo após o acordo de paz com os Tabajara, não houve essa instalação. O primeiro documento conhecido a fazer referência a existência de uma Câmara Municipal da Filipéia de Nossa Senhora das Neves e aos seus vereadores, sugerindo que a mesma se encontrava em pleno funcionamento, data de 21 de junho de 1589. Ver: Nonato NUNES e Nyll PEREIRA (orgs.), *A Câmara de Filipéia*, João Pessoa, LM, s/d, pp. 21-25.

inimigos, contra a fome e a falta de armas e munições e contra si mesma. As desavenças entre o comando espanhol e o português, que não se aceitavam mutuamente, eram um perigo quase tão constante quanto os índios e os franceses. Na verdade, essa divisão do comando fora acertada pelo General Valdez para contornar as divergências bastante sérias surgidas entre os líderes das tropas. Se a conquista do rio, ainda que não consolidada, só fora possível porque as forças régias e as particulares, dos donatários e dos moradores das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, haviam se unido, não havia como negar a divisão interna que as caracterizava. Colonos de origem portuguesa, separados do reino pelo oceano e, portanto, distantes do clima das negociações e acertos das cortes de Tomar; separados, também, por algumas centenas de quilômetros da sede do Governo-Geral na Bahia, sendo comandados, na guerra contra o pior dos seus inimigos, por um estrangeiro, espanhol. Um súdito do rei que havia subjugado a sua terra-mãe. Além disso, havia o alvará régio de Frutuoso Barbosa, vianês como a maior parte dos colonos de Pernambuco, concedendo-lhe o cargo de capitão-mor das forças da Paraíba, por dez anos a partir da conquista. Certo era que os custos da expedição corriam, desta feita, por conta do erário régio e não da fazenda do interessado, mas este participava de todas as lutas, estivera à frente em todas as batalhas e não desistiria de reivindicar o que julgava seu direito. A suposta solução de Valdez não fizera, portanto, mais do que adiar um conflito que se tornara inevitável e que explodiria no espaço interno da paliçada do São Filipe, cercada dia e noite pelos inimigos: os soldados, lutando contra as enfermidades, brigando pelos poucos mantimentos, que já eram racionados; e os comandantes, enviando despachos regulares ao Ouvidor-Geral, em Olinda, solicitando socorro e denunciando, um ao outro, por má conduta na guerra e por desrespeito às suas respectivas autoridades.

Na capital de Pernambuco, a situação também não era diferente, pois, embora Martim Leitão ocupasse o cargo mais importante, a Ouvidoria Geral, era o outro Martim, o Carvalho, quem detinha o poder de decidir quando e qual o valor dos recursos que a Fazenda Real liberaria, se é que o faria, para o Forte de São Filipe. As discussões entre ambos, apesar de acaloradas, parece terem se restringido unicamente às reuniões para discutirem os destinos da conquista. O primeiro Martim, apoiado pelos governadores e moradores das capitanias do norte, cada vez mais preocupados com a possibilidade de perderem o que já havia sido conseguido, defendendo o envio imediato dos mantimentos, armas, munições e homens necessários para manter o forte, e o segundo Martim, zeloso com os cofres do rei, acusado de incompetência e ganância pelos demais, hesitando em prover o que era solicitado. Já o conflito entre Martim Carvalho e Francisco Castrejon, que, na condição de alcaide do forte, por nomeação de Valdez, no auge do desespero havia se dirigido a Olinda para exigir socorro, renderam cenas de pugilato público pelas famosas ladeiras de Olinda, devidamente registradas pelo autor do *Sumário* e por Frei Vicente do Salvador.

Tais desentendimentos expressavam bem a oposição entre os interesses da Coroa, representados por Castrejon e Valdez, e os privados, no caso, principalmente de Frutuoso, que havia obtido o alvará régio que lhe assegurava, por dez anos, o posto de capitão da Paraíba, depois de concluída a sua conquista. Conflitos e insegurança, no que dizia respeito à própria formação da tropa, eram muito comuns. Os motins e deserções, além da dificuldade de recrutamento de soldados, levaram, por exemplo, o General Valdez a decidir-se pela construção do forte da primeira ocupação à margem esquerda do rio e não à direita (onde as condições para sua instalação eram inegavelmente melhores), para que, assim, tendo o Paraíba entre os homens e o caminho de volta para casa, não houvesse fugas.

“No forte trabalhou toda a gente do exército e gentio, até se acabar, que foi no fim de maio; o qual forte se plantou uma légua da barra, da parte do N., defronte da ponta da ilha, logar que, por ser baixo e de ruim água, a muitos não pareceu bem: mas foi forçado, por não fugir a gente, com o largo rio que lhe ficava em meio e atravessar por cima, por o sertão ser perigoso e muito comprido”⁹

Novos conflitos ficaram, ainda, evidentes, durante a organização da expedição de Martim Leitão, no primeiro semestre de 1585. Em primeiro lugar, entre o ouvidor e o provedor da Fazenda quanto aos recursos necessários para a organização da empresa; depois, entre o mesmo ouvidor e o locotenente de Pernambuco, D. Filipe de Moura, que tentou, a qualquer custo, inclusive escondendo-se no engenho do sogro em Itamaracá, recusar o posto de comandante das forças de terra da expedição. Enfim, ao longo de todas as etapas da luta que levou ao Acordo de Paz de

⁹ *Sumário das Armadas...* cit., p. 40.

1585 e, no decorrer dos esforços para estabelecer o povoamento, o que não faltaram foram desentendimentos paralelos no interior das forças mobilizadas para combater os Potiguara. Para além desse conflito central, entre brancos e índios, e daquele entre os próprios índios - Potiguara x Tabajara -, que mudou o rumo da guerra, a luta envolveu, como afirmamos acima, inúmeros outros do lado luso-espanhol: autoridades civis x autoridades militares, autoridades militares x seus subordinados, autoridades régias x autoridades locais; autoridades de todos os tipos x moradores e moradores x seus escravos.

O problema da composição das tropas para a guerra, por exemplo, era, sem dúvida, nesse momento, um dos mais complicados para as autoridades responsáveis pela empresa de conquista. Havia a falta crônica de homens brancos ou mestiços dispostos a se engajarem nela, isso sem falar no número de motins que era muito grande nas tropas. Na campanha do Paraíba, esse foi um problema recorrente. Ainda durante a jornada de 1585, quando determinou o início da construção do povoado, o Ouvidor Martim Leitão¹⁰ teve que enfrentar um sério motim entre os soldados de suas tropas, que eram formadas por lusos e espanhóis, além dos índios aliados. O episódio é ilustrativo da tensão existente no interior das fileiras dos conquistadores e revelador do fato de que, muitas vezes, os chefes dos expedicionários eram questionados pelos soldados, como, por exemplo, na ocasião em que João Tavares dispôs-se a partir em caça dos Potiguara rumo à baía da Traição, logo depois do Acordo de Paz de 1585:

*“cousa assas temerária, e que todos lhe-procuravam estorvar por todas as vias, com rancas de estarem decerto naus francezas na Baía da Traição, e com se fazerem muitos doentes; e alguns, de tantos trabalhos e mãos comerem, o-estavam de siso. E com isto, e com lhes-amotinarem uns 35 soldados hispanhoes que havia, os quaes lhe-chegaram a fazer requerimentos sobre isso; accendeu-se o ouvidor geral de cólera, por também lhe não guardarem o devido respeito, e se-soltar um, de alcunha Paes, mais do necessário, que já também havia ahi posto o arcabuz nos peitos do capitão João Tavares, pelo que o ouvidor geral o-mandou tomar, e à porta do forte, em presença de todos, lhe mandou dar alguns açoites até nos acudirmos, porque sabíamos quanto elle folgava de intercedermos”*¹¹.

Nessa passagem são evidenciados alguns aspectos interessantes para o entendimento das relações predominantes entre estes homens – comandantes e comandados –, envolvidos numa guerra permanente contra um inimigo poderoso e submetidos a condições de vida e de trabalho extremamente duras. Doentes, mal alimentados e esgotados pelas exigências dos combates e pelas preocupações cotidianas, como a obtenção de alimentos e a construção de abrigos e equipamentos de defesa, nos primeiros meses que se seguiram ao Acordo de Paz, o ânimo das tropas era o mais baixo possível. Além disso, havia de se considerar, ainda, o fato de que a presença de soldados espanhóis nestas fileiras não era, de fato, elemento que garantisse a paz entre os homens. Como vimos anteriormente, desde a expedição de Flores Valdez, no ano anterior, e da construção do Forte de São Filipe na barra do Paraíba, os entreveros entre portugueses e espanhóis haviam sido bastante sérios, a ponto de contribuírem para que o posto fosse abandonado pelo Capitão Francisco de Castrejon. Os remanescentes espanhóis daquelas forças encontravam-se, no momento em que se iniciava o povoamento da área, sob o comando dos capitães portugueses que, além de tudo, eram homens já enraizados na colônia há algum tempo, habituados no trato com os índios aliados e, portanto, conhecedores de seus códigos de guerra, que eram bastante diversos dos vigentes entre as tropas acostumadas com os campos de batalhas europeus. Aos soldados espanhóis, remanescentes das tropas de Valdez, que havia sido enviado para uma missão fracassada ao sul do continente e que só por mera falta de sorte se vira envolvido na conquista do Paraíba, obedecendo ordens do governador-geral, não deveria ser fácil aceitar a nova condição. Sendo assim, como podemos ler no trecho acima transcrito, as suas relações, não apenas com os outros soldados, mas também com os membros mais altos da

¹⁰ O autor do *Sumário* (p. 60) menciona, ainda que de passagem, um aspecto bastante interessante a respeito da biografia de Martim Leitão: o de que ele, assim como outros homens poderosos da época, possuía parentes entre os índios Tabajara. A partir dessa informação, torna-se mais compreensível a liderança e a autoridade que o mesmo tinha junto a eles, como fica evidente na narrativa dos acontecimentos. Esses parentes teriam estado entre os que foram enviados para estabelecer contato com Piragibe, levando-lhe o seu apoio contra os Potiguara.

¹¹ *Sumário das Armadas...* cit., p.69.

hierarquia da conquista – Martim Leitão e João Tavares –, tenderam a degradar-se, na medida em que o tempo foi passando e as dificuldades não foram resolvidas.

No que se refere à pessoa do ouvidor-geral, não se deve desprezar o caráter apologético que, sem dúvida, aflora da narrativa do *Sumário*. O autor apresenta-se, todo o tempo, empenhado em exaltar as qualidades do comandante das operações como administrador e representante do rei na terra, organizando a empresa e, principalmente, como líder nos campos de batalhas, em especial a partir do momento em que passa a narrar as jornadas de 1585 e 1586 à baía da Traição e à Copaoba. Sempre apontado como homem perspicaz, carismático, corajoso e conhecedor dos meandros da sociedade indígena, Martim Leitão pode ser entrevisto, na passagem acima, como o líder inflexível e duro que só deixa de cometer um ato inadequado – o castigo dos soldados amotinados – devido à intervenção dos religiosos. Enfim, esse episódio, revelador do estado de espírito dos homens envolvidos na empresa, não deve ser considerado uma exceção, porque nem o braço de ferro de Martim Leitão, nem dos demais comandantes das operações, foram capazes de conter outros motins, entre eles, inclusive, um bastante sério, ocorrido durante a expedição à Copaoba em que, por muito pouco, não apenas soldados, mas também alguns capitães (provenientes de Pernambuco e de Itamaracá), se envolveram numa conspiração para abandonar o ouvidor-geral à sua própria sorte, em terra controlada pelo inimigo. Esse é mais um dos episódios que revelam os desacertos entre os líderes da expedição e que fazem aflorar o grande conflito, que irá perdurar durante os anos que se seguiriam, entre as autoridades centrais, representativas do rei, e as autoridades locais, que emergem do seio da “nobreza da terra”.

O fato é que a opinião do próprio Martim Leitão acerca de seus homens, como narrado no *Sumário*, não era das melhores, pois, irritado com a desordem e a falta de recursos e de eficiência das tropas, apesar das vitórias arrancadas aos Potiguara, dizia: “*muitas vezes que, antes queria poucos, que a toda hora os-via, que muitos; e mais n’estas partes, onde a soldadesca não é disciplinada, nem tem as partes necessárias*”.¹² Depoimento interessante para compreendermos as dificuldades de organização e manutenção de um exército naquelas terras, naquela época. Em primeiro lugar, a evidência de que, sem o controle severo do comandante, que deveria estar sempre vendo, ou seja, “de olho”, suas tropas não eram confiáveis. Em segundo lugar, a precariedade no que dizia respeito “*as partes necessárias*” para seu bom desempenho, o que nos permite supor que, além de disciplina, a elas também faltavam equipamentos, armas, munição, roupas e calçados. Daí porque, nesse quadro de dificuldades, a arregimentação de índios, como aliados na guerra, era fundamental, pois os mesmos conheciam o território, o inimigo e, além disso, tinham uma motivação para participar: o desejo de vingança. Ao contrário, os soldados europeus eram, em grande parte, aventureiros sem compromisso com qualquer causa.

Considerando todas essas dificuldades inerentes à guerra da conquista, mas também aos primeiros passos da colonização, Horácio de Almeida¹³ afirma que, nesse processo, a ação dos homens vindos de Pernambuco acabou sendo muito mais eficaz que a do Governo-Geral. Conhecedores da terra, habituados com o trato dos índios, depois da guerra transplantaram-se para a nova capitania, e com o uso da mão-de-obra de indígenas aliados ou de escravos capturados dentre os inimigos, organizaram as lavouras de cana, montaram engenhos nas várzeas, construíram casas no povoado e se mantiveram alertas e mobilizados quanto à necessidade de garantir a “pacificação” do território, num processo de luta permanente que se estenderia até por volta de 1625. No entanto, a relativa paz, então alcançada, foi logo interrompida devido à ocupação promovida pela Companhia das Índias Ocidentais (a W.I.C.) em Pernambuco, em 1630, que atingiu a Paraíba em 1634.

Muito ainda há por se investigar acerca da origem desses primeiros povoadores da Capitania da Paraíba, mas algumas indicações podem ser apontadas. Para o que nos interessa, é importante fixar que, de Pernambuco principalmente, dirigiu-se para a Paraíba um grupo de conquistadores liderados por elementos cuja origem era de uma elite de caráter local. Em sua maioria, tais elementos encontravam-se ligados, de alguma forma, aos negócios do açúcar e, muito provavelmente, também do cativo de índios. Grande parte do contingente de conquistadores era formada por homens que fugiam da pobreza. Na verdade, tal pobreza referia-se, antes de qualquer coisa, à impossibilidade de, em função de sua origem humilde, virem a tornar-se grandes senhores nas capitanias de donatários. Ambrósio Fernandes Brandão, escrevendo cerca de trinta anos depois do início do povoamento da Paraíba, lembrava, uma vez

¹² *Ibidem*, p. 71.

¹³ Horácio de ALMEIDA, *História da Paraíba*, vol. II, João Pessoa, Imprensa Universitária, 1966, p. 49.

que ele próprio havia participado de várias expedições da conquista, e, ao mesmo tempo reafirmava a estreita vinculação, desde as suas origens, da nova capitania com os homens que vinham de Pernambuco:

*“E tenho por ser dúvida, que, se não estivera tão conjunta com a capitania de Pernambuco, que já se houvera aumentado no seu crescimento, com se haver começado a povoar por poucos e pobres moradores, posto que mui valorosos soldados, do ano de 1586 a esta parte; porque, no mesmo ano, me lembra haver visto o sítio onde está situada a cidade agora cheia de casas de pedras e cal e tantos templos, coberto de mato”*¹⁴.

Serão esses os homens, *poucos e pobres*, e valentes soldados, que se tornarão povoadores da terra e que procederão à instalação das primeiras fazendas e engenhos de açúcar. O caminho das armas na luta para dizimar ou aprisionar os índios foi um dos mais usados pelos moradores de Pernambuco e de Itamaracá para, após a conquista, se estabelecerem na Paraíba e obterem datas de terra. Os documentos consultados nos revelam que muitos soldados graduados daquela guerra foram agraciados com sesmarias para instalação de currais, canaviais e engenhos, bem como para a extração de lenha para movê-los. Outros, mais modestos, conseguiram, quando muito, obter lotes de terra para construir sua moradia na cidade, que, lentamente, foi sendo erigida ao longo da colina que se debruça sobre o rio.

Os que predominaram, de fato, foram aqueles de extratos sociais mais baixos que buscavam fugir da “pobreza” nas demais capitânicas, onde a colonização já se estendia por cinqüenta anos e onde a “nobreza da terra”¹⁵ e os “cristãos-novos” já haviam se instalado, açambarcando as melhores terras, os melhores ofícios e os melhores negócios. A Paraíba era, portanto, na década de oitenta do século XVI, a fronteira a ser conquistada. Terra das oportunidades para os que se dispunham a enfrentar novos desafios. Dessa forma, atraiu aventureiros e aqueles que não tinham, ainda, conquistado seu lugar ao sol. Esse foi, por exemplo, o caso das famílias de colonos vianenses, oriundas das camadas pobres da sociedade portuguesa, que acompanharam Frutuoso Barbosa em 1588, quando este assumiu, por decisão régia, o governo da capitania, substituindo João Tavares.

O segundo elemento que diferenciava, nesse momento, a Paraíba das demais capitânicas do norte, era a presença dos numerosos contingentes indígenas. Mais que substrato populacional para a garantia do povoamento, os nativos constituíam, também, a mão-de-obra necessária para a implementação dessa ocupação, fosse no trabalho de construção do povoado, dos engenhos e dos fortes, fosse na agricultura. Essa presença marcante da população indígena no litoral da Paraíba, desde o rio Goiana até o rio Camaratuba, perdurou durante praticamente toda a primeira metade do século XVII, incluindo o período da ocupação holandesa. Tratava-se de uma sociedade em que a população branca e a indígena interagiram durante um longo tempo, pois, na Paraíba, ao contrário do que havia acontecido em Pernambuco, os índios aliados foram, de certa forma, preservados do cativo e funcionaram, durante todo este tempo, como elementos de contenção do gentio inimigo e, também, do gentio da Guiné, que começou a ser introduzido na capitania, na medida em que a produção açucareira foi se desenvolvendo. Ao mesmo tempo, esses índios aliados, formaram, também, fileiras nas tropas que a Coroa organizou, com a ajuda dos colonos, para estender as conquistas para o norte - Rio Grande, Ceará, Maranhão e Pará -, deslocando, cada vez mais, as fronteiras da ocupação. Da mesma forma que Olinda fora a base logística de onde partiram os conquistadores da Paraíba, esta o seria para essas novas áreas.

Com relação à elite que nela se constituiu, alguns autores, como Gilberto Osório de Andrade¹⁶, tratando dos senhores de engenho locais, argumentam que eles não formaram uma “nobreza da terra” própria da nova capitania e que isso se deveu “*a falta daquela endogamia que Gilberto Freyre situa, com a monocultura latifundiária e escravocrata, na base da aristocratização dos senhores de engenho de Pernambuco*”. Na verdade, pelo menos nos primeiros anos da

¹⁴ Ambrósio Fernandes BRANDÃO, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977, p. 44.

¹⁵ Segundo grande parte da historiografia do Brasil colonial, convencionou-se chamar “nobreza da terra” aqueles elementos “*que, por oposição ao grupo mercantil, assentavam nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos ou fazendas de criatório, e no número de escravos possuídos os esteios de seu prestígio social*”. In Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Ser Nobre na Colônia*, São Paulo, Editora da Unesp, 2005, p. 131.

¹⁶ Gilberto Osório de ANDRADE, *O Rio Paraíba do Norte*, João Pessoa, SEC-PB/Universitária UFPB, 1997, pp. 106-108.

ocupação da várzea do rio Paraíba, as mesmas famílias que detinham o poder político e econômico nas capitanias de Itamaracá e Pernambuco, passaram a detê-lo na nova capitania, a despeito de a mesma ter sido criada como capitania real. Portanto, não faz sentido falar da existência de uma “nobreza da terra pernambucana” ou da inexistência dessa nobreza na Paraíba. Faz sentido falar de um espaço colonial único, organizado em função dos interesses daqueles que controlavam a agromanufatura açucareira, cujo território, do ponto de vista político-administrativo, distribuía-se em três capitanias: Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, sendo que, em Olinda, estavam sediados os capitais necessários para o seu desenvolvimento.

Ao analisarmos as relações de parentesco entre as famílias que exerceram o poder político-administrativo e econômico na Paraíba e nas outras capitanias até a ocupação holandesa, identificamos vinculações diretas entre elas, através do casamento. No caso específico da Paraíba, governadores, senhores de engenho, proprietários dos principais ofícios, em sua grande maioria, estavam ligados, direta ou indiretamente, aos três principais troncos familiares de Pernambuco, notadamente os Albuquerque, mas também os Cavalcanti e os Hollanda¹⁷. A nosso ver, essa “nobreza da terra” pode ser compreendida, pelo menos até a ocupação holandesa, como um bloco único que, apesar de divergências familiares pontuais, mantinha a hegemonia na sociedade colonial nas três capitanias do norte. Tal equilíbrio foi completamente comprometido durante a presença dos holandeses e, principalmente, após o período da guerra, na fase da restauração. O fracionamento provocado por diferentes posições adotadas pelas várias famílias, e até mesmo no interior das famílias por seus diversos membros, durante as fases de resistência à invasão, da ocupação propriamente dita e da restauração, explodiria com a “querela dos engenhos”¹⁸. A partir daí, conforme demonstra Evaldo Cabral de Mello¹⁹, a tendência da “nobreza da terra” de Pernambuco foi a de fechar-se ainda mais em torno de si mesma, reforçando a prática da endogamia, de forma a preservar o seu poder nos mais diversos níveis da sociedade colonial.

Ao considerarmos, portanto, os elementos que explicam o processo da conquista e do povoamento branco da Paraíba, podemos perceber que ele não ocorreu sem que as divergências entre os diversos segmentos dos povoadores iniciais se manifestassem, de distintas formas. Segundo nossa análise, portanto, as desavenças entre o capitão-mor João Rebello de Lima e o senhor de engenho Duarte Gomes da Silveira, no ano de 1616, evidenciam, mais uma vez, a disputa pelo poder político entre as camadas dominantes locais. Poder esse do qual “cabedais” e relações com o rei (através de seus representantes na colônia e na corte) eram partes indissolúveis.

João Rebello de Lima era espanhol de nascimento, cavaleiro fidalgo da Casa Real²⁰ e, o que é mais interessante, um dos primeiros, se não o primeiro, capitão-mor nomeado para a Paraíba, em 18 de julho de 1612, a não ter vínculos diretos com o grupo de conquistadores vindos de Pernambuco, que se tornariam os primeiros povoadores e proprietários de terras na Capitania

¹⁷ Por exemplo, um dos filhos legítimos de Jerônimo de Albuquerque com D. Felipa de Mello, André de Albuquerque e Mello, além de construir engenho na Paraíba, foi governador da capitania, na década de noventa do século XVI (1591-1592). Antonio de Albuquerque Maranhão, neto do mesmo Jerônimo de Albuquerque e da índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, era senhor de engenho e governador da Paraíba à época da ocupação holandesa, em 1634. Havia se passado cerca de cinquenta anos, desde que Nossa Senhora das Neves fora fundada, e os Albuquerque ainda mantinham, tanto quanto em Pernambuco, a mesma influência da época do início da colonização. Outro exemplo pode ser encontrado na própria família Silveira, que, na pessoa de Duarte Gomes da Silveira, se tornaria, se não a mais poderosa, pelo menos uma das mais poderosas da Paraíba até os anos quarenta do século XVII.

¹⁸ A expressão refere-se à disputa pela propriedade dos engenhos, no período posterior à expulsão dos holandeses, entre aqueles que, sendo senhores deles no período anterior à ocupação, mantiveram-se fiéis ao rei, compuseram as tropas da resistência, incendiaram seus próprios canaviais e fábricas de açúcar ou fugiram para a Bahia, e aqueles que, durante o domínio holandês acabaram comprando os engenhos abandonados, mas depois conduziram a guerra da “liberdade divina” que foi vitoriosa. Tal disputa se estenderia por várias décadas na segunda metade do século XVII, no aguardo de solução por parte da Coroa.

¹⁹ Evaldo Cabral de MELLO, *O Nome e o Sangue*. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

²⁰ A historiadora Maria Beatriz Nizza da SILVA, em sua obra *Ser Nobre na Colônia* cit. realiza um interessante estudo sobre o surgimento e o papel dos “nobres” no Brasil colonial. Para a discussão do conceito de nobreza e a distinção entre nobreza hereditária (a de linhagem) e fidalguia (cuja condição de “nobreza” era atribuída pelo rei) consultar o capítulo I, pp. 15-40. O caso de João Rebello de Lima enquadra-se na segunda categoria.

da Paraíba²¹. Era casado com uma das filhas de Lourenço Homem Pinto, que fora arieiro do rei D. Henrique. Recebeu a mercê do cargo de capitão da Paraíba devido a esse casamento e também pelos “serviços que fez no reino e armadas e servir de capitão de uma companhia da gente que assistiu em Cascais”, durante a ocupação espanhola²². Foi o 10º governador da Paraíba e parece que, com exceção dos seis meses em que o Capitão Francisco de Morales, também espanhol, investiu-se à força nessa condição (de abril a novembro de 1586), os demais provinham, até então, da “nobreza da terra” da Capitania de Pernambuco.

Por sua vez, Duarte Gomes da Silveira era um legítimo representante dessa camada senhorial, vinculado à açúcarocracia pernambucana e, ainda que indiretamente, à burocracia régia. Nascido em Olinda, provavelmente por volta de 1555, era filho de Pedro Alves da Silveira e de Maria Gomes Bezerra, imigrantes portugueses que, segundo Borges da Fonseca²³, foram os primeiros proprietários do Engenho de Massiape, em Pernambuco. Esse autor afirma ainda que, naquela capitania, por volta do final do século XVII, era corrente a insinuação de que Domingos da Silveira, o influente e poderoso irmão mais velho de Duarte da Silveira, que ocupava o cargo de provedor da Coroa e Fazenda da capitania, era mulato, pois, por via materna, era bastardo de uma gentia da Índia, condição que se estenderia aos seus irmãos. Ao longo do tempo, porém, essa origem pouco nobre foi sendo apagada, até se fazer circular unicamente a informação de que Duarte Gomes da Silveira era “descendente de um cavaleiro dos Morgados de Paredes, em Viana da Foz de Lima em Portugal”²⁴.

À época em que Martim Leitão organizou a campanha da conquista do rio Paraíba, Domingos da Silveira ocupava o cargo acima referido e teve papel importante na obtenção dos recursos necessários à empresa. Já seu irmão, Duarte, engajou-se nas tropas e teve expressiva participação em vários combates travados contra os Potiguara e os franceses durante os anos de 1583, 1585 e 1586, tanto na várzea do rio Paraíba quanto na baía da Traição e na Copaoba. Não sabemos em que época se casou, se antes ou depois dessa campanha, mas sua esposa – D. Fulgência Tavares – era filha de João Tavares, que firmara a paz com Piragibe e fora o primeiro a governar a Paraíba. Por seu lado, em Olinda, seu irmão Domingos da Silveira, casou suas filhas com homens que também ocupavam cargos importantíssimos na burocracia local, os Camello e os Rego Barros (seu genro era irmão do conselheiro do rei, João Velho Barreto). Na terceira geração, já encontramos neto de Domingos da Silveira casado com descendente das casas Hollanda e Cavalcanti, instalado como senhor de engenho na Paraíba. Aliás, os Silveira foram, nessas décadas iniciais da colonização, a família que, vinda de Pernambuco, mais se enraizou na Paraíba, com seus membros se estabelecendo como senhores de engenhos e ocupando cargos públicos importantes, como os da Provedoria da Fazenda e de Ouvidor, além de assentos na Câmara Municipal.

Podemos, portanto, perceber que os vínculos de Duarte com a conquista e os conquistadores do novo território eram ou foram fortalecidos por sua ação militar e pela relação matrimonial que o uniu a um dos troncos importantes da Capitania de Pernambuco. Após a conquista, foi dos primeiros a receber sesmarias na área e, na medida em que a fronteira foi se

²¹ Em estudo recente, a historiadora Mafalda Soares da CUNHA destaca que, do ponto de vista da Coroa, no parecer final para a nomeação dos governadores e capitães-mores das Capitânicas Reais, intervinham as qualidades do requerente considerando-se a sua folha de serviços, e também o estado de necessidade do território. A remuneração dos serviços era, do ponto de vista político, central. Referindo-se à Capitania da Paraíba, informa que a primeira consulta disponível para a mesma data de 1662. Destaca ainda que, entre 1655 e 1700, foram nomeados onze capitães-mores, dos quais cinco eram naturais da América portuguesa e dois praticamente naturalizados, uma vez que ali estavam estabelecidos há muito tempo. Ou seja, sete deles tinham vinculações diretas com a colônia. (ver «Governo e Governantes do Império Português do Atlântico - Século XVII», in BICALHO e FERLINI, *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92). O fato é que, para o período anterior à ocupação holandesa, ainda são necessárias novas pesquisas para se verificar a possibilidade de “mapear” a origem dos governadores da Paraíba. Há, também, muitas lacunas relativas às datas de nomeação e posse, o que dificulta a recuperação da cronologia dos governos. Isso só tem sido possível fazer por via indireta, utilizando, por exemplo, as numerosas certidões anexas aos processos do Arquivo Histórico Ultramarino. Um estudo que avança nessa direção é o trabalho inédito de Guilherme Fontes da Silveira D’Ávila LINS intitulado *Governantes da Paraíba no Brasil Colonial (1585-1808). Revisão Crítica da Relação Nominal e Cronológica*, João Pessoa, 2002.

²² Cf. IAN/TT, *Chancelaria de Filipe II – Doações, ofícios e mercês* – Livro 24, fl.159, 18/julho/1612.

²³ Cf. Antonio Vitoriano Borges da FONSECA, *Nobiliarquia Pernambucana*, vol. II, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1935, p. 305.

²⁴ Cf. Everaldo de Azevedo PONTES, descendente do senhor de engenho e autor de *Um Roteiro Genealógico de 13 Gerações de Duarte Gomes da Silveira, instituidor do Morgado do Salvador do Mundo da Santa Casa da Misericórdia*, João Pessoa, Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, maio/2000 (Coleção Parahyba, vol. 34), p. 9.

expandindo para o norte e para o oeste, Duarte Gomes da Silveira foi sempre agraciado com novas concessões de terras, o que contribuiu para que a sua fortuna se tornasse uma das mais fabulosas, se não a maior do seu tempo, na capitania recém-criada.

É conhecido o texto de apenas uma das cartas de sesmarias doadas a Duarte Gomes da Silveira, em 1621, na várzea do rio Paraíba, durante o governo de João de Brito Correia. No entanto, no documento de instituição do Morgado do Salvador do Mundo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, datado de 6/12/1639²⁵, ao arrolar seus bens, o mesmo refere-se a terras recebidas de sesmarias para a instalação de engenhos e currais de gado, bem como para a extração de lenha e aproveitamento de águas, durante os governos de João Tavares (governador interino, de janeiro a abril de 1586 e efetivo, entre outubro ou novembro de 1586 a julho ou agosto de 1588), Frutuoso Barbosa (1588-1591), Feliciano Coelho de Carvalho (1592-1600), João de Brito Correia (1619 ou 1620 a 1622) e Antonio de Albuquerque Maranhão (1627-1634). Ou seja, durante aproximadamente quarenta anos, no período compreendido entre a conquista do rio Paraíba (1585) e a ocupação holandesa (1634), Duarte Gomes da Silveira foi recompensado, através do sistemático recebimento de terras, por sua participação na conquista e, na condição de morador da capitania, por uma série de outras ações que visavam ao seu crescimento.

Ambrósio Fernandes Brandão, também senhor de engenho na Paraíba e pivô do processo contra Duarte Gomes da Silveira, pois este arrolara, em 1606, como motivo do fechamento do Engenho do Salvador do Mundo, o fato de que Brandão havia construído o seu Engenho dos Santos Cosme e Damião, na mesma ribeira do Inhobim, tendo, para tanto, represado a água que servia ao Salvador, impedindo-o de moer, referiu-se, em seu *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ao poder e à riqueza do seu acusador, tomando-o como expressão das potencialidades da capitania.

“Sabeis o quanto é rica [a Paraíba] que só com uma cousa vos representarei sua riqueza, a qual é que há um homem nobre particular neste Brasil, morador na Capitania da Paraíba, o qual, com não possuir mais de um só engenho de fazer açúcar, ousou prometer a todas as pessoas que fizessem casas na cidade, que então de novo se fabricava, sendo de pedra e cal de sobrado a vinte mil réis por cada morada de casas, e a dez mil réis, se fossem térreas; e assim o cumpriu por muito tempo, com se haverem alevantado muitas moradas, sem disso se lhe conseguir algum proveito mais do desejo que tinha de ver aumentar a cidade. E tratou mais (com sair com isso) de fazer a casa de Santa Misericórdia da própria cidade, cousa de grandíssimo custo pela grandeza e nobreza do edificio do templo, que tem já quase acabado”²⁶.

Embora não cite o nome de Duarte Gomes da Silveira, as informações de Brandão são confirmadas por outras fontes, a exemplo do próprio texto da instituição do morgado e de Frei Vicente do Salvador. Estranho é que, envolvido, mesmo que de forma indireta, nos fatos que resultaram na abertura do processo, nem Ambrósio Fernandes Brandão, nem quaisquer de seus parentes e futuros herdeiros, tenham sido arrolados como testemunhas pelo Capitão-Mor João Rebello de Lima. Além disso, o próprio capitão, no arrazoado em que pede a punição do processado, informa que *“não há contenda ou demanda entre Duarte Gomes da Silveira e Ambrósio Fernandes Brandão”²⁷*. Estranho, ainda, é o fato de que, mesmo sem citar-lhe o nome, Brandão tenha a ele se referido em termos tão positivos quanto o fez no trecho acima transcrito. Teria o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* sido cúmplice na estratégia armada por Duarte Gomes da Silveira? Se o foi, quais teriam sido os seus motivos? Infelizmente, os documentos localizados não nos fornecem os indícios necessários para tentarmos responder a essas questões.

O fato é que, diante de episódios que envolviam um personagem de tamanha importância na vida da Felipéia, em suas primeiras décadas de existência, os seus moradores devem ter,

²⁵ Publicado na íntegra, pela primeira vez, pelo historiador Wilson SEIXAS, em seu livro *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba*, João Pessoa, Gráfica Santa Maria, 1987. O traslado da instituição do morgado foi republicado por Everaldo de Azevedo PONTES, *Um Roteiro Genealógico...* cit. Trata-se de documento fundamental para o conhecimento não apenas do indivíduo Duarte Gomes da Silveira, e de suas idéias, mas também para o arrolamento das informações acerca do desenvolvimento econômico e das relações de poder na capitania, no período entre a conquista e o final da década de 30 do século XVII.

²⁶ Ambrósio Fernandes BRANDÃO, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977, p. 137.

²⁷ Cf. AHU_ACL_CU_014, Cx.1, D.7.

entre surpresos e apreensivos, se perguntado, como nós, por que João Rebello de Lima levava à frente as investigações? Quais teriam sido os interesses que o motivaram a isso, bem como às vinte testemunhas que conseguiu arrolar contra Duarte Gomes da Silveira? Foi-nos possível, dentre homens que se identificavam quase sempre e unicamente como “*moradores nesta cidade*”, chegar ao nome de três proprietários de terras: Rafael de Carvalho, Francisco Vidal (lavrador de canas e pai de André Vidal de Negreiros, um dos futuros líderes da “guerra da liberdade divina” contra os holandeses) e Lopo de Abreu (dono do Engenho Santo André, o mesmo que se tornaria, ainda em 1616, propriedade do Capitão-Mor João Rebello de Lima), além de pelo menos duas outras pessoas que se identificam, em seus depoimentos, como moradores desse Engenho, Sebastião Fernandes e Lopo do Barco, que, em 1603, ocupava o cargo de vereador da Câmara da Felipéia. Muitas perguntas para as quais há poucas respostas. De qualquer forma, não são conhecidos os resultados oficiais da denúncia do capitão-mor, mas, por volta de 1624, Duarte Gomes da Silveira, que era vereador da Câmara da Felipéia de Nossa Senhora das Neves, ocupava também o cargo de “sesmeiro” da Capitania da Paraíba, cuja nomeação era feita pelo próprio rei. Essa era uma situação inusitada, tendo em vista que, usualmente, a prerrogativa da distribuição de terras fazia parte das atribuições do governador da capitania. Segundo Lins²⁸, também ele descendente de Duarte Gomes da Silveira, essa nomeação régia seria uma compensação pela acusação e devassa que ele sofrera.

Por sua vez, João Rebello de Lima também fora aquinhado com um ofício de importância na burocracia estabelecida na colônia. Em 1629, ocupava o cargo de provedor da Fazenda Real na principal capitania do Brasil – Pernambuco. No entanto, também lá, nesse mesmo ano, envolveu-se em disputas com o capitão locotenente daquela capitania, ninguém menos do que Mathias de Albuquerque, por motivos que não são bem conhecidos, e acabou sendo preso²⁹. No mínimo, podemos afirmar que o ex-capitão-mor da Paraíba tinha uma certa tendência para desentender-se com alguns dos mais poderosos senhores da terra.

A nosso ver, a trajetória de Duarte Gomes da Silveira, nesses primeiros trinta anos da ocupação da Paraíba, de guerreiro a proprietário de terras e benfeitor da cidade, de rico e respeitado senhor de engenho a réu num processo em que aparece como fraudador da Fazenda Real, sintetiza o caminho através do qual se constituiu a elite local. Com raízes em Pernambuco, os conquistadores receberam, como recompensa, a mercê da terra e, através dela e com a exploração do trabalho dos índios e dos negros da Guiné, implantaram a economia açucareira, e, apesar dos conflitos esporádicos com as autoridades régias, e permanentes com as populações indígenas não totalmente dominadas, acabaram por impor o seu poder político e a ordem colonial. E o fizeram sem romper os laços que os uniam, através das relações matrimoniais e de parentesco, bem como das relações econômicas, com a nobreza da terra instalada em Pernambuco. Segundo nosso entendimento, a argamassa que manteve essa camada dominante unida, apesar da diversidade de seus interesses e de todos os conflitos que pudemos identificar até aqui, foi, até a terceira década do século XVII, a necessidade de, primeiro, derrotar os Potiguara e, depois, mantê-los sob controle numa época em que o estado de beligerância permanente era a tônica na Capitania Real da Paraíba.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Documentação avulsa da Capitania da Paraíba. *Projeto Resgate – CD-Rom Nº 01.*

1616, Março, 6, Paraíba

CARTA do capitão-mor da Paraíba, João Rebelo de Lima, ao rei [Filipe II], sobre os açúcares que carregam os Senhores de engenho da capitania e o furto à Fazenda Real, praticado por Duarte Gomes da Silveira, dono do Engenho por invocação Salvador, depois renomeado Nossa Senhora da Ajuda, para beneficiar de mais privilégios

Obs.: muito estragado.

Anexo: 1 doc.

²⁸ Guilherme Gomes da Silveira Ávila LINS, *Governantes da Paraíba no Brasil Colonial (1585-1808). Uma Revisão Crítica da Relação Nominal e Cronológica*, João Pessoa, 2002 (não publicado), p. 48.

²⁹ *Livro Primeiro do Governo do Brasil. 1607-1633*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1958, pp. 335-337.

AHU-Paraíba, cx. 1

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 7.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Chancelaria de Filipe II – Doações, ofícios e mercês – Livro 24, fl.159, 18/julho/1612.

Fontes Publicadas:

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977.

CATÁLOGO dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa, João Pessoa, Universitária/UFPB, 2002.

FONSECA, Antonio Vitoriano Borges da, *Nobiliarquia Pernambucana*, vol. II., Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1935.

LIVRO Primeiro do Governo do Brasil. 1607-1633, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2000.

SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil, conhecido simplesmente por Sumário das Armadas, in *História da Conquista da Parahyba*, Campina Grande, Fundação Universidade Regional do Nordeste/Universidade Federal da Paraíba, 1983.

Bibliografia:

ALMEIDA, Horácio de, *História da Paraíba*, vol. II, João Pessoa, Imprensa Universitária, 1966.

ANDRADE, Gilberto Osório de, *O Rio Paraíba do Norte*, João Pessoa, SEC-PB/Universitária UFPB, 1997.

BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*, Lisboa, Colibri, 2001.

____ (et alii), «Introdução», in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 7-23.

BASTOS, Sebastião de Azevedo, «Duarte Gomes da Silveira», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, n.º 21, João Pessoa, Imprensa Universitária, 1975.

BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Alameda, 2005.

COSTA, Adelaide, «Prosopografia das Elites Concelhias e análise Racional: a intersecção de duas abordagens», in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 63-70.

CUNHA, Mafalda Soares da, «Governo e Governantes do Império Português do Atlântico (Século XVII)», in BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92.

DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel, in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*, Lisboa, Colibri, 2001, pp.71-89.

DUARTE, Luís Miguel, «Os Melhores da Terra (um questionário para o caso português)», in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 91-106.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila, *Governantes da Paraíba no Brasil Colonial (1585-1808), Uma Revisão Crítica da Relação Nominal e Cronológica*, João Pessoa, 2002 (não publicado).

____ *Páginas de História da Paraíba: revisão Crítica sobre a Identificação e Localização dos Dois Primeiros Engenhos de Açúcar da Paraíba*, João Pessoa, Empório dos Livros, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de, *O Nome e o Sangue. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Governadores e Capitães-Mores do Império Atlântico Português no Século XVIII», in BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Alameda, 2005 pp. 93-115.

NUNES, Nonato e PEREIRA, Nyll (orgs.), *A Câmara de Filipéia*, João Pessoa, LM, s/d.

PONTES, Everaldo de Azevedo, *Um Roteiro Genealógico de 13 Gerações de Duarte Gomes da Silveira, instituidor do Morgado do Salvador do Mundo da Santa Casa da Misericórdia*, João Pessoa, Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, maio/2000 (Coleção Parahyba, vol. 34).

- RICUPERO, Rodrigo, «Governo Geral e a Formação da Elite Colonial Baiana no Século XVI», in BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 119-136.
- SEIXAS, Wilson, «Duarte Gomes da Silveira e o Engenho Salvador», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, n.º 20, João Pessoa, Imprensa Universitária, 1974.
- _____, *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba*, João Pessoa, Gráfica Santa Maria, 1987.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza, *Ser Nobre na Colónia*, São Paulo, Editora da Unesp, 2005.